



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Economia Solidária e Economia Verde: há intersecções possíveis?

Área Temática: Teoria e prática da economia solidária

Dionatan W. R. Oliveira¹, Gilson J. Dutra², Sandra Rufino³

^{1,2} *Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto – INCOP/UFOP - dionatan.willian@hotmail.com, gilson.dutra_@hotmail.com*
³ *INCOP/UFOP; PEGADAS/UFRN; NESOL/USP – ssrufino@yahoo.com.br*

Resumo

O artigo apresenta alguns fatos históricos tanto da Economia Solidária quanto da Economia Verde, mostrando também como elas têm se desenvolvido com o passar do tempo. Tem como objetivo mostrar e informar o foco de cada uma das duas economias, para depois coletar alguns pontos em comum entre elas. E assim, julgar uma possível ação entre as duas juntas no Brasil. Para chegar a tal questão, apontaremos fatos que marcaram e que estão presentes na Economia Solidária no país e também importantes temas dentro da Economia Verde, como a educação ecológica.

Palavras-chave: Economia Solidária; Economia Verde; Desenvolvimento Sustentável.

1 Introdução

A Economia Solidária traz aos trabalhadores uma inovadora organização do trabalho, diferente do que se tem no capitalismo, ela nos sugere uma produção baseada na associação de pessoas, visando sempre à cooperação, à autogestão, a solidariedade, a igualdade entre seus trabalhadores e uma nova dimensão econômica.

Seus primeiros passos no Brasil aconteceram por volta dos anos 80, e a partir de então ela tem se desenvolvido cada vez mais, alcançando assim a cada ano um número maior de famílias.

As interlocuções entre seres humanos, fauna e flora, podem apresentar diversos pontos de vista e conexões. O ponto forte da Economia Verde é fazer essa intervenção, ela representa uma nova ferramenta de mercado. O Rio 92 e Rio +20 foram o ponto forte nessa nova resposta para o crescimento sustentável. Porém, a Economia Verde ainda nos mostra algumas dificuldades para o mercado vigente.

2 Economia Solidária

Economia Solidária é uma nova forma de organização econômica, ela atua sobre a produção, a comercialização, as finanças, o consumo, a venda e até a troca de bens e serviços que são necessários para sobrevivência de cada um. A Economia Solidária é



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

baseada no trabalho associado das pessoas, sem que haja exploração. E ainda, sem destruir a natureza e o ambiente de trabalho. Paul Singer¹ se refere a ela como um:

[...] modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002, p. 2).

Ela tem como meta a cooperação e o fortalecimento de todo o grupo, onde todos trabalham para o bem coletivo, não cabe individualidade na Economia Solidária, apenas cooperação e solidariedade.

A Economia Solidária vem se apresentando nos últimos anos, como uma nova e inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, formando assim uma resposta a favor da inclusão social. Ela compreende varias praticas, tanto econômicas, como sociais que se organizam sob a forma de cooperativa, associação, empresa autogestionária ou até redes de cooperação, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

O conceito de Economia Solidaria se refere à organização de produtores prestadores de serviços, consumidores, poupadores, credores, entre outros, que se relacionam baseados nos princípios democráticos e igualitários da auto-gestão, promovendo a solidariedade e a justiça entre os membros da organização e todos os demais envolvidos no sistema produtivo. (SINGER, 2003, p. 166).

Dentro da Economia Solidária nós podemos notar algumas características e princípios, como a cooperação, onde vamos ter a existência de interesses e objetivos comuns entre todos trabalhadores, como a união dos esforços, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Há também dentro da Economia Solidária, a autogestão e a dimensão econômica. Na autogestão os participantes das organizações exercem as práticas de gestão coletiva dos processos de trabalho, definindo as estratégias a serem tomadas pelos empreendimentos e também na coordenação das ações. Já a dimensão econômica é uma base de motivação dos esforços e recursos pessoais dos trabalhadores e também de outras organizações, para a produção, o beneficiamento, o crédito, a comercialização e o consumo. Uma característica muito importante dessa Economia é a solidariedade, como o próprio no diz. Essa solidariedade visa à distribuição dos resultados alcançados, tendo como possibilidades tanto o desenvolvimento, quanto a melhoria de vida dos trabalhadores, sem deixar de lado a preocupação com um desenvolvimento durável e que busque o equilíbrio das varias dimensões não só ecológicas, como também, energéticas, culturais, políticas, territoriais, técnicas e econômicas.

¹ Nota: Paul Singer é o Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Doutor em Sociologia. Foi professor da Universidade de São Paulo (USP), é um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e atuou como secretário de Planejamento do município de São Paulo entre 1989 e 1992.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Essas características acabam levando a Economia Solidária a ser uma nova lógica de desenvolvimento. Mostrando que “outra economia” é possível e que vem sendo feita por muitos trabalhadores em diversas partes no mundo.

2.1 A Economia Solidária no Brasil

Segundo Roberto Marinho² (2010), a Economia Solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores que teve origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das formas de resistência contra o avanço desenfreado do capitalismo industrial. Ainda segundo ele, a Economia Solidária ressurgiu no Brasil no final do Século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho. No início da década de 80, foram formados os primeiros empreendimentos da Economia Solidária em todo o país, que continuaram crescendo durante os períodos de crise e recessão (as décadas perdidas de 80 e 90), e continua em crescimento com a melhora da economia brasileira a partir dos anos 2000. Isso porque a Economia Solidária não se apresenta mais como uma saída das crises econômicas do capitalismo, mas sim como uma alternativa para alterar suas condições de vida.

A Economia Solidária na zona rural vem sendo usada por assentados, pela reforma agrária, por pequenos agricultores, por artesãos, pescadores, extrativistas, apicultores, ribeirinhos, indígenas entre outros. No ambiente urbano, ela passou a ser muito utilizada por movimentos populares e sindicais, na forma de cooperativas populares, associação de produtores, clubes de troca e empresas recuperadas.

Se pegarmos um pouco da comparação entre uma Economia Capitalista e uma Economia Solidária, de Singer (2002, p.8), no seu primeiro modo de produção (Capitalista), o autor acredita que “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens”, ou seja, o capitalismo gera muita desigualdade entre seus trabalhadores e conseqüentemente cada vez mais diferença entre vencedores e perdedores. No segundo modo (Solidário), já temos como predominante a democracia, a autogestão e a igualdade entre seus trabalhadores, que não visam agora só o lucro, como no capitalismo, mas sim o desenvolvimento econômico, social e familiar.

2.2 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

Os Empreendimentos Econômicos Solidários são representados pelas diversas formas de manifestação da Economia Solidária, contribuindo como os principais participantes do FBES³.

Existem empreendimentos solidários produtivos nas áreas econômicas mais diversas: são associações ou cooperativas agropecuárias, industriais, agroindustriais, de transporte, de artesanato, de reciclagem de resíduos sólidos, de educação escolar, de hotelaria etc., além de ecovilas e outras iniciativas. Encontramos também empresas

² Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE)

³FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária que é organizado em todo o país contando com mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

recuperadas de autogestão, que foram salvas por seus trabalhadores, depois de entrarem em processo falimentar.

Os empreendimentos solidários se baseiam nos princípios e valores expressos na “Carta de Princípios da Economia Solidária”, dos quais se destacam o exercício da autogestão na sua organização. Seu princípio geral é que todos os que trabalham são sócios do empreendimento e todos trabalham no empreendimento, sendo sócios-trabalhadores.

Exemplos de empreendimentos solidários de consumo são as cooperativas de consumo, habitacionais, de seguro de saúde, e também clubes de trocas. Já os empreendimentos solidários de crédito, são os bancos comunitários, as cooperativas de crédito e mútuas de seguros gerais.

2.3 Economia Solidária hoje no Brasil

Segundo Roberto Marinho (2010), a Economia Solidária aponta para uma lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, adquirindo crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Todos seus resultados, tanto econômicos, como políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça.



Figura 1. O campo da Economia Solidária no Brasil. Fonte: Atlas da Economia Solidária, MTE (2005)

Hoje no Brasil, podem-se observar atuando no movimento da Economia Solidária as:

- Cooperativas industriais;
- Empreendimentos populares;



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

- Sindicatos;
- Fóruns Municipais, Estaduais e Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
- Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES);
- Entidade de apoio e fomento, como a ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário da Central), ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), CÁRITAS (que é uma confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países), FASE (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul) e IMS (Instituto Marista de Solidariedade) entre outras;
- Ligas ou Uniões, entre elas a ANTEAG, UNISOL, UNICAFES, ANCOSOL e COCRAB MST;
- Fóruns e Redes, como o Fórum Brasileiro de ES e a Rede de Socioeconômica Solidária;
- Instâncias Governamentais: MTE/SENAES e os Órgãos de Governos Municipais e Estaduais.

Existem também centenas de cooperativas industriais que vão dos setores desde metalúrgico, mineração, produção de máquinas e artefatos de couro, até setores agrícolas. Em sua grande parte essas empresas foram formadas pelo processo falimentar, onde os trabalhadores das empresas junto dos assessores sindicais, conseguem tomar a posse da empresa ou de parte dela, quando essa se encontra falida, formando assim cooperativas e também mantendo o posto de trabalho ocupado por cada trabalhador.

Hoje conseguimos encontrar essas cooperativas organizadas em associações como a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária), que tem suas origens em meio à conjuntura política e econômica do Brasil do início da década de 90, momento de abertura do mercado nacional ao internacional e apogeu da chamada 3ª reestruturação industrial, com seu avanço tecnológico e substituição da força humana pela automação. A CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), que foi criada em 1992, uni as cooperativas e associações de agricultores assentados pela reforma agrária no Brasil. A UNISOL BRASIL (União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil), que foi fundada em março de 2000, e surgiu da vontade das cooperativas criadas com apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de Sorocaba e do Sindicato dos Químicos do ABC, entre outros, passou a agregar outras cooperativas, bem como o apoio de outros sindicatos, em uma primeira fase restrita ao Estado de São Paulo. A ANCOSOL (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária) foi criada em junho de 2004, como forma de ampliar os poderes políticos e jurídicos, objetivando contribuir para a dinamização sócio-econômica dos agricultores familiares. Visando combater à pobreza, à desigualdade social, propondo qualidade de vida e alternativas econômicas. E ainda a UNICAFES (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária) que foi fundada em junho de 2005, na cidade de Luziânia (GO), sua sede funciona em Brasília representando nacionalmente as cooperativas.

Há ainda os movimentos sociais que fazem parte da proposta do cooperativismo e da Economia Solidária. Dentro desses movimentos temos hoje alguns bem reconhecidos



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que assentou centenas de famílias e organizam diversos tipos de cooperativas, criando uma escola de formação de técnicos em cooperativismo. Apesar do MST compartilhar ideias e propostas do cooperativismo ele não atua dentro a Economia Solidária. E a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que tem buscado promover o desenvolvimento rural sustentável, a partir da implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

Hoje os sindicatos estão envolvidos na defesa dos trabalhadores de empresas em processo falimentar. O processo vem aumentando a medida que diminuiu a resistência a ideia de uma luta diferente da habitual contra os patrões. Essa luta visa a garantia do trabalho e da renda para cooperados.

Atualmente, contamos também com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), que fica no Ministério do Trabalho e Emprego. Ela tem o papel de articulação de políticas públicas, e também esta desenvolvendo o mapeamento da Economia Solidária, o que nos dará a dimensão do número de empreendimentos existentes e permitirá o desenho de políticas públicas mais adequadas. A secretaria apoia projetos em regiões estratégicas e articula parceiros do próprio governo federal para o desenvolvimento de projetos.

2.4 Desafios

A Economia Solidária por ser um processo novo e ainda em construção enfrenta alguns desafios que precisam ser superados, dentre eles, está a cultura individualista do capitalismo e a falta de investimento em uma “tecnologia social” que é diferente da “tecnologia convencional” segundo Dagnino (2004).

Fomos educados a viver em um mundo extremamente competitivo e individualista. Como diz Paul Singer (2002) “Aprende-se a obedecer e a temer os superiores desde os bancos da escola”. Para que mais portas possam ser abertas para a Economia Solidária seria necessária implementar uma nova educação junto com a existente, que pudesse ser solidária e cooperativa.

Outro desafio enfrentado é a falta de investimentos em tecnologia. Com investimentos adequados, a Economia Solidária poderia atuar em mais meios de produção, como os de bens de consumo duráveis e não duráveis.

Renato Dagnino (2004) fala sobre tecnologia convencional (TC) e tecnologia social (TS). Segundo ele, os aspectos da TC são eficientes para os propósitos de maximização do lucro privado para os quais ela é desenvolvida nas empresas. Além disso a TC é ambientalmente insustentável, porque o capitalismo não leva em consideração a destruição do meio ambiente como custo em seus balanços. Ele considera a TC como segmentada pelo fato de ela não permitir o controle do produtor direto sobre o processo de trabalho, isso faz com que seja necessário um chefe para exercer o papel fiscalizador. Ele considera ainda a TC como alienante, “pois não utiliza a potencialidade do produtor direto. Mas a criatividade, a potencialidade do produtor direto que a TC inibe, pode ser liberada no interior de um empreendimento autogestionário” (DAGNINO, 2004).

Dagnino apresenta a TS como:

Ela deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não-discriminatória; liberada da diferenciação – disfuncional anacrônica e



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

prejudicial nos ambientes autogestionários - entre patrão e empregado; orientada para um mercado interno de massa; libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. Resumindo, deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários. (DAGNINO, 2004, pg. 8).

Como podemos ver as dificuldades não aparecem apenas por vivermos em uma sociedade individualista, mas também na maneira como organizamos os trabalhos e na falta de tecnologia adequada. Além do empreendimento cooperado e da autogestão é preciso dar passos a favor de uma tecnologia adequada, como a TS, para assim conseguirmos uma verdadeira melhora. Dagnino ainda reforça sua tese falando que:

[...] a Rede de Tecnologia Social – podem vir a funcionar como uma instância de integração de movimentos como o das Redes de Economia Solidária (RES), das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares etc. Isso porque elas poderiam vir a fortalecer a crescente consciência que vem alcançando esses movimentos acerca da necessidade de contar com alternativas à tecnologia convencional capazes de proporcionar sustentabilidade econômica aos empreendimentos autogestionários em relação à economia formal e, em consequência, alavancar a expansão das RES. (DAGNINO, 2008, p. 197).

Independente do apoio que as empresas solidárias recebem de políticas de inclusão social, elas precisam também de uma alternativa à tecnologia convencional para viabilizar as rotas de expansão como a criação de vínculos de compra e venda de bens e serviços para produção e consumo com outras RES.

3 Economia Verde

O termo Economia Verde surge em contraposição do capitalismo predatório, também conhecida como Economia Marrom. A Economia Verde mostra como a população está se desenvolvendo em um nível onde os recursos naturais não têm condições de serem repostos em uma escala plausível de desenvolvimento. Os principais debates acerca dessa nova economia e sua resposta de sustentabilidade é a preservação ambiental ante ao progresso global de degradação das reservas naturais.

A sustentabilidade e o desenvolvimento racional em relação aos recursos escassos são de suma importância para a continuidade dos seres vivos e para as próximas gerações. Pois, problemas como o esgotamento de recursos naturais já podem ser vistos pelo mundo todo.

A conscientização de que o planeta não comportará esse desenvolvimento desenfreado toma forma em novas soluções para essa economia que vivenciamos hoje. A proteção de reservas naturais, de matas ciliares, da nossa atmosfera, da água, e de tantos outros recursos naturais que devem ser analisados e protegidos do capitalismo exorbitante. Onde esses recursos também são conhecidos como bens comuns para todos os seres vivos. Porém essa é a dualidade da chamada Economia Verde (GALDINO, 2012).

A Economia Verde é usada como uma maquiagem da antiga Economia Marrom, onde acontece um “esverdeamento” da economia atual (LESPAUDIN, 2012). A “nova” economia é considerada a solução dos dias atuais como um mecanismo de mercado,



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

colocando taxaço sobre esses bens comuns, um caso cláássico é o mercado de Carbono, os Créditos de Carbono.⁴

O início desse debate começou em 1992 com o Rio 92, ou também conhecido como Eco 92, onde foram apontados como ponto chave os desastres naturais e o desequilíbrio de ordem mundial do esgotamento dos recursos naturais. O Rio 92 teve como resposta 3 tratados, que são: 1º) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, que posteriormente em 1997 culminou no Protocolo de Kyoto; 2º) Convenção sobre Biodiversidade; e 3º) Convenção sobre a Luta contra a Desertificação. Mesmo com esses tratados, tendo em vista a melhoria do ambiente que estava em voga, à situação foi desfavorável e não obteve os resultados desejados (MIRANDA, 2012).

Com isso, o Rio+20 foi realizado duas décadas depois do Rio 92, para fazer um balanceamento desses últimos anos, em que os desgastes naturais têm ocorrido periodicamente. A conclusão foi que a sustentabilidade e o crescimento sustentável não obtiveram o êxito esperado no Rio 92.

Tendo como base a não realização considerável dos tratados do Rio 92, o Rio+20 teve como prioridade dois temas centrais, onde foram apresentadas as propostas dos chefes de estado. O evento recebeu mais 100 chefes de estados, 120 membros da ONU e mais de 50 mil participantes (GALDINO, 2012). Os temas centrais que foram colocados no Rascunho Zero⁵ são: 1º) Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e 2º) Arquitetura institucional para o desenvolvimento sustentável.

O pesquisador Michael Löwy (2012), descreve a Economia Verde como um mecanismo de mercado para auferir lucros. A verdade é que não existe “economia” em geral: ou se trata de uma economia capitalista, ou de uma economia não-capitalista. No caso, a "Economia Verde" do rascunho⁶ não é outra coisa do que uma economia capitalista de mercado que busca traduzir em termos de lucro e rentabilidade algumas propostas técnicas "verdes" bastante limitadas (LÖWY, 2012).

Assim sendo, a Economia Verde foi colocada como resposta de um novo sistema para adequação ao antigo, ou seja, a Economia Verde vem como uma ferramenta de mercado para esse período de crise e não uma economia para substituir à antiga (LESPAUDIN, 2012).

3.1 Educação ecológica

O crescente desmatamento das reservas naturais brasileiras tem prejudicado os seringueiros e ribeirinhos, que fazem uso dessas reservas naturais, sem destruí-las. A economia local sofre um grande impacto com as troca de trabalhos artesanais, que tinha

⁴Nota: Apos a fixação do protocolo de Kyoto em 1997, em 2004 cerca de 141 países fixam “metas de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e estabelece a criação do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que serão projetos emissores de Certificações de Emissões Reduzidas (CERs), títulos negociáveis entre os países como forma de cumprimento de seus compromissos ambientais” (DELGADO, 2006).

⁵Nota: Documento oficial do Rio+20 para apresentar as nações unidas os pontos principais, que foi nomeado de “Rascunho Zero”.

⁶Nota: Referente ao “Rascunho Zero”



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

um cuidado de manter as florestas como estavam para não prejudicar as próximas safras e/ou coletas, por trabalho mecanizado que acaba destruindo toda a reserva, deixando até tipos de reservas em ponto de extinção. São muitas as famílias que vivem de trabalhos artesanais em áreas preservadas, mas com o desenvolvimento de trabalhos mecanizados os recursos que eram utilizados por essas famílias estão se esvaindo, prejudicando, e muito, a economia local. Com o desmatamento constante o material utilizado para o artesanato está sendo devastado.

Um desenvolvimento sustentável adequado a uma educação ecológica, mostra como esse crescimento pode manter os dois lados em harmonia e obter resultados satisfatórios, tanto para a população que faz uso desses recursos naturais para atividades artesanais, quanto para donos de fabricas e industrias que utilizam as reservas com responsabilidade. Criando assim desenvolvimento que não seja impactante ao meio ambiente.

Logo, a economia de uma região que faz uso de um desenvolvimento sustentável, a priori, traz 3 pontos positivos para a economia da mesma:

- Mantêm a reserva e suas delimitações territoriais;
- Crescimento econômico e responsável regional;
- A economia, como um todo, aumenta e se fortifica.

Aliada a educação ecológica, o desenvolvimento territorial, mostra que uma “nova” reestruturação de valores e culturas, pode trazer benefícios tanto a curto, quanto em longo prazo. Um exemplo seria a substituição da carne por outras fontes de proteínas, diminuindo assim o consumo da mesma. Uma queda na produção de carne geraria, em 1º caso, uma diminuição no número de quilômetros quadrados de pastos destinados ao gado de corte, cairia o número do desmatamento e outras culturas alimentares sobressairiam. Em 2º caso, uma nova alimentação, rica em outros nutrientes, poderia diminuir os números de pacientes com alto grau de colesterol, visto que a carne vermelha é rica em gorduras. Mais a frente será explicada essa nova educação alimentar como uma teia da vida, ou seja, uma decisão afetará as demais (CAPRA, 1990).

Uma diminuição ou um retrocesso na degradação das florestas brasileiras tem como fator a propensão e continuidade da biodiversidade da fauna e flora. E ainda uma diminuição na emissão de gás carbono. Os governos, depois do Protocolo de Kyoto, na qual vários chefes de estados assinaram um termo de diminuição da emissão de CO² na atmosfera, sugeriu um novo mercado desse poluente, o mercado de carbono. Esse novo mercado utiliza de valores postos pelos países que firmaram o acordo de não emissão de gás carbono acima de um determinado nível. Sendo assim, quando um país ultrapassar esse nível pré-estipulado a ele, faz-se uso desses créditos, ou seja, ao ultrapassar o seu nível de emissão CO² o próprio país compra créditos de outro, ou de outros, que ainda não alcançaram seus níveis máximos.

3.2 Teia da Vida

Quando ocorre uma simples, ou drástica, mudança em qualquer parte do país, seja ela econômica, política, social, tende-se ter consciência que essa mudança não é um fato isolado, ou seja, qualquer mudança que aconteça nos dias atuais repercutirá em outras ações e assim torna-se um vinculo, ou como o autor Capra (1996) afirma uma “teia da vida”. Um exemplo anteriormente, sobre uma diminuição no consumo da carne



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

vermelha mostra como uma decisão sobre os valores cultural-alimentares, tem efeitos tanto no âmbito político, social, econômico e ambiental.

Desse modo, Capra (1996) discute que os somatórios de cada ação individual não se tornam apenas um todo, tem se outras circunstâncias que devem ser levadas em considerações como o contexto histórico e a região onde casa pessoa habita. Pois, todas as pessoas são diferentes, de modo que a participação individual afeta a sua decisão e a decisão do próximo. O indivíduo, então, é o todo. E o todo também é o indivíduo.

As relações individuais, em pleno século XXI, são mais complexas e interdependentes. Em um sistema onde cada ação influencia a ação do próximo – teia da vida – conjuntamente com uma educação ecológica poderia se tornar um meio-ambiente com desenvolvimento sustentável. Um “elo” entre homens e natureza, onde ambas as partes não se tornem dependentes uma da outra, e sim, se desenvolvam e gerem riquezas de maneira correta e sustentável (CAPRA, 1990).

3.3 Conexões ocultas

O conjunto dessas interdependências segundo o autor Capra (1996) é caracterizado como conexões ocultas, na qual se mostra as teias da vida com sua complexidade problemática e suas intersecções. Essa “problematização” de um novo ponto de vista se tornou bastante popular entre os novos cientistas. Onde a denominada “Teoria dos sistemas” (Sistemas Vivos) demonstra de uma forma coerente e coesa a “teia da vida” e as “conexões ocultas”. Apresentando como as decisões organizacionais de governos afetam, não somente o ramo político, mas o social, econômico, ambiental, cultural, as relações entre os seres vivos e suas interdependências.

Essas conexões ocultas nos mostram também como a vida é Auto-organizadora, pois, ela se mantém, se organiza e se renova. As redes de conexões - teias de relações - entre as decisões individuais, não são determinísticas, devido ao fato de que cada decisão tomada carrega consigo uma carga de vida adquirida anteriormente e se adequa ao novo ambiente, se organizando e renovando a todo instante (CAPRA, 1990).

A auto-organização associada a uma auto-transcendência, que é um processo evolutivo, faz com que a vida evolua e adapte-se ao novo meio-ambiente, no qual ambas tendem a evoluir ao mesmo tempo (CAPRA, 1990).

4 As intersecções: pontos comuns e divergentes

Tanto as economias Verdes quanto Sociais buscam melhorias para a sociedade, e para o Brasil. Mas apenas um “esverdeamento” de uma economia não pode, e não deve, ser a solução de um problema onde não entra apenas questões políticas, como também afeta questões ambientais, sociais, culturais, econômicas, de valores, entre outras.

Como o mundo está interligado entre nossas conexões ocultas, via as teias da vida, os problemas que estão sendo enfrentados em algumas partes do mundo podem se tornar, em poucos ou longos instantes, dependendo da complexidade das relações, nossos problemas. Até mesmo criando uma crise ambiental.

Um exemplo de que a Economia Verde é apenas um “esverdeamento” da política capitalista, é que mesmo após ter sido instaurado o Protocolo de Kyoto, não se obteve êxito na redução dos poluentes jogados na atmosfera, como apresentado no gráfico:



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

"O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham"

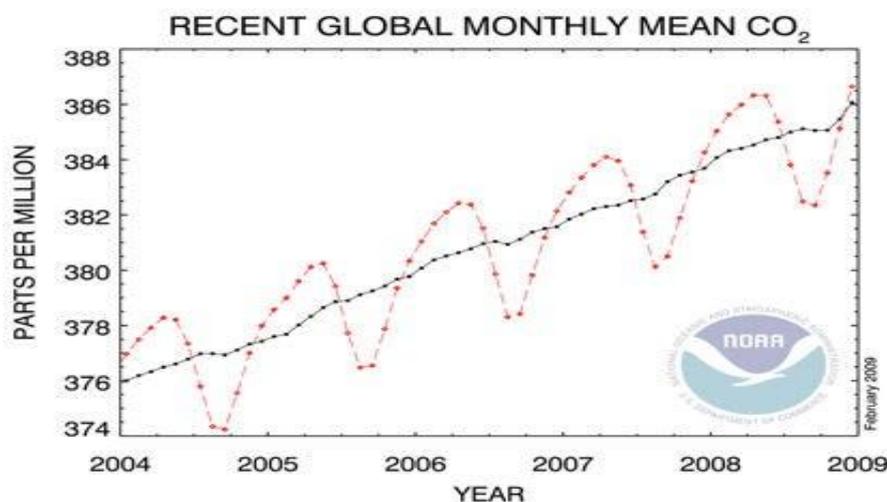


Gráfico 1 – Recente média mensal de CO² global. Fonte: Época (2009)

Houve um crescente aumento de concentração de dióxido de carbono na atmosfera entre os anos de 2004 a 2009. No mesmo período, como uma ferramenta dessa economia, a Economia Verde mostra o mercado de carbono também em ascensão, como podemos observar no gráfico a seguir:



Gráfico 2 – Em ritmo de desaceleração – Evolução do mercado mundial de carbono. Fonte: Isto É (2010)

Porém, há um crescimento exagerado entre os anos de 2005 e 2008, e um pequeno aumento, comparado aos anos anteriores, no ano de 2009. Portanto, uma solução encontrada para que o planeta pudesse obter um crescimento econômico sustentável acaba encontrando novas fórmulas de obter lucro no mercado vigente.

A Economia Verde segue as estruturas de mercado vigente, adaptando a cada momento as leis, para usufruir de novas e melhores rodadas de mercado, ou seja, a cada tratado entre chefes de governo, a Economia Verde observa novos horizontes para capturar as novas reservas que são postas em atribuição da nova lei, utilizando-a como ferramenta de mercado. Em contraposição, a economia solidária mostra uma resposta ao sistema predatório, na qual, respalda sobre autogestão e uma nova forma de organização institucional, uma organização horizontal, que fere os ideais de uma sociedade onde predomina a hierarquia. Onde o reformismo "verde" aceita as regras da "economia de



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

mercado”, isto é, do capitalismo; busca soluções que sejam aceitáveis, ou compatíveis, com os interesses de rentabilidade, lucro rápido, competitividade no mercado e “crescimento” ilimitado das oligarquias capitalistas (LÖWY, 2012).

Na medida em que a Economia Verde se torna ponto de discussões de vários chefes de estados, tornando-se o centro das discussões de uma “possível solução” para acabar ou “frear” os esgotamentos das reservas naturais, a Economia Solidária vem caminhando lado a lado com as redes de sustentabilidades, com as comunidades e empreendimentos solidários que a conhecem na prática o conceito.

A Economia Solidária é uma alternativa ao sistema vigente, uma nova visão sustentável de produção, não só o desenvolvimento de economia “colorida”, mas também considerando o social, o cultural, o ecológico, o político dentre outras dimensões. Porém, a Economia Verde vem em contramão a essa nova economia “colorida”, pois a Economia Verde não seria uma alternativa de novos mecanismos para proporcionar o bem social, na verdade é a mesma produção maciça de produtos não reutilizáveis e não sustentáveis, cujas instituições a corroboram apenas visando para o seu próprio lucro e mantendo as estruturas do capitalismo vigente.

5 Considerações finais

A Economia Solidária está crescendo muito em todo o mundo, enfrentando diversos problemas do sistema capitalista, como o desemprego, a desigualdade social, a concentração de muita riqueza nas mãos de poucas pessoas e também a exploração dos trabalhadores. A Economia Solidária promete resolver vários desses problemas, partindo de ideais que pratiquem a autogestão e a solidariedade, trazendo uma nova visão para a sociedade e diminuindo desigualdade social.

A economia solidária trás em foco a autogestão, sustentabilidade, crescimento econômico homogêneo, enquanto que a Economia Verde nos estabelece, como ponto comum a economia solidária, a sustentabilidade e o crescimento sustentável, porém continua com as mesmas estratificações do capitalismo selvagem, ou seja, não estabelece uma “nova visão” de mundo como a primeira.

No caso do Rio+20, a Economia Verde foi apresentada como uma ferramenta de mercado. Não gerando evolução para os seres humanos, para os biomas e todos os seres vivos que ali habitam, pelo contrário, ela atrasa a condição humana, pois apenas posterga os problemas para gerações futuras que enfrentarão, assim como nós já enfrentamos, as enchentes, o degelo das calotas polares, altas temperaturas, desmoronamentos, furacões, etc.

A economia solidária em um mesmo espaço que uma Economia Verde só teria condições de sobreviverem juntas, se ambas se complementassem, ou seja, ambas trabalhassem o modelo de sustentabilidade de maneira que o meio ambiente seja preservado. Mas para isso essa ferramenta verde não deve ser apenas uma ferramenta, mas uma característica de compreensão de que nossos recursos são escassos e que temos que preservá-los de modo solidário, auto-gestionário, sustentável e homogeneizado.

6 Referências Bibliográficas

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

CAPRA, Bernt. 1990. FILME: *Ponto de mutação (Mindwalk)*

CAPRA, Fritjof - *A teia da vida*. Tradução: Newton Roberval Eíchemberg, editora cultrix. São Paulo. 1996.

CUNHA, G. C. *Economia Solidária e Políticas Pública: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP* Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, São Paulo 2002.

DAGNINO, Renato. *A tecnologia social e seus desafios*, 2004, pg8.

DAGNINO, Renato. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência*. Campinas: Unicamp, 2008, p. 197.

DELGADO, Marta. “Uma Visão Financeira do Mercado de Carbono”. 2006. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/322.pdf>. Acesso em: 06 jul 2012. 21:45:30.

LESBAUPIN, Ivo. “A solução é a ‘economia verde?’”. Nogleeneconomy. 2012. Disponível em: <<http://nogleeneconomy.org/pt-br/a-solucao-e-a-economia-verde/>>. Acesso em: 06 jul 2012. 21:48:20.

MARINHO, Roberto. *A Trajetória Recente da Economia Solidária no Brasil*. 2010

MIRANDA, Moema. “O que há por trás da ‘Economia Verde’”. Nogleeneconomy. 2012. Disponível em: <<http://nogleeneconomy.org/pt-br/o-que-ha-por-tras-da-economia-verde/>>. Acesso em: 06 jul 2012. 21:46:10.

POCHMANN, M. *Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites*, Ipea, mercado de trabalho, 24 – agosto de 2004. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 06 jul 2012. 21:35:30.

SILVA, Márcia N. *A economia solidária e as novas possibilidades do mundo do trabalho*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 86, mar 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9064&revista_caderno=25>. Acesso em: 14ago 2012.09:12:32

SINGER, Paul. – *Introdução a Economia Solidária*, editora Perseu Abramo. São Paulo, abril de 2002, p. 2, p. 8.

SINGER, Paul. *Economia solidária*. IN: CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 166.

7 Páginas de Internet:

ANCOSOL - *Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária*. Disponível em: <<http://www.ancosol.org.br/>>. Acesso em: 27 jun 2012. 20:49:20.

UNICAFES - *União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária*. Disponível em: <<http://www.unicafes.org.br/>>. Acesso em: 27 jun 2012. 20:45:55.

UNISOL Brasil – *Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários*. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/>>. Acesso em: 27 jun 2012. 20:43:45.

ANTEAG - *Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão*. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/membrosfaces/32-acs-associacao-de-certificacao-socioparticipativa-da-amazonia.html>>. Acesso em: 27 jun 2012. 20:45:25.

“Atividade do FBES na Rio+20 ‘Desenvolvimento sustentável e solidário nos territórios’”. 2012. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6947&Itemid=62>. Acesso em: 06 jul 2012. 21:42:55.

“Concentração de carbono na atmosfera bate novo recorde”. 2009. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2009/02/13/concentracao-de-carbono-na-atmosfera-bate-novo-recorde/>>. Acesso em: 08 jul 2012. 11:40:30.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

“Desenvolvimento: Verba para projetos limpos”. 2010. Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/artigos/39122_PROTESTO+COM+HUMOR/. Acesso em: 08 jul 2012. 11:45:10.

“Economia Verde: A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza”. 2012. Disponível em: <http://www.rio20.info/2012/economia-verde>. Acesso em: 06 jul 2012. 21:40:10.

Ministério do Trabalho e do Emprego. Disponível em: http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em: 27 jun 2012. 20:40:00.

Rascunho Zero. Disponível em <http://cupuladospovos.org.br/tag/rascunho-zero/>. 2012. Acesso em: 15 ago 2012. 22:24:00.

Revista Caros Amigos. “Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da ‘economia verde’”. 2012. Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/cotidiano/1046-michael-loewy-critica-rio20-e-a-propaganda-da-economia-verde>. Acesso em: 15 ago 2012. 22:21:45.